



GUIA DE **PREPARAÇÃO** **ADMINISTRATIVA** PARA CONCURSOS EUROPEUS

*Como preparar a documentação para entrar no
mercado público europeu*

IPN CONSULTING

GUIA DE PREPARAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA CONCURSOS EUROPEUS



Índice

Introdução (Pág. 2)

Módulo I — Higiene Administrativa e Idoneidade (Fase 0) (Pág. 2)

Módulo II — Capacidade Económica e Financeira (Pág. 3)

Módulo III — Capacidade Técnica e Profissional (Pág. 4)

Módulo IV — Especialização por Setor (Pág. 5)

A. Setor do Mobiliário

B. Setor do Vestuário Profissional

Módulo V — Entraves Legais e Administrativos (Os "Bloqueios") (Pág. 6)

Legislação e Recursos de Apoio (Pág. 7)

Introdução: O Conceito de Interoperabilidade Administrativa

Concorrer a um concurso internacional na União Europeia (UE) exige que a sua empresa "fale a mesma língua" burocrática que o país adquirente. O objetivo não é apenas apresentar um bom preço, mas provar **idoneidade**, **capacidade financeira** e **conformidade técnica** através de documentos harmonizados.

Módulo I: Higiene Administrativa e Idoneidade (Fase 0)

Antes de qualquer candidatura, a empresa deve auditar a sua própria situação legal. Na UE, qualquer "mancha" no histórico pode levar à exclusão imediata.

1. Regularização Permanente

- ☐ **Certidões de Não Dívida:** Deve haver um processo interno para renovar mensalmente as certidões da **Autoridade Tributária (AT)** e **Segurança Social (SS)**.
- ☐ **RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo):** Essencial para a transparência. Verifique se os dados dos detentores de capital estão atualizados. [Portal do Beneficiário Efetivo](#).
- ☐ **Registo Criminal:** Necessário para a **Pessoa Coletiva** e para todos os **Membros dos Órgãos Sociais**. Nota: Muitos concursos exigem tradução certificada destes documentos.

2. O Passaporte DEUCP (ESPD)

O **Documento Europeu Único de Contratação Pública** é o pilar da simplificação administrativa.

- **O que é:** Uma autodeclaração eletrónica de idoneidade e capacidade.
- **Preparação:** A empresa deve ter um "rascunho" do DEUCP sempre atualizado, contendo dados sobre faturação, número de funcionários e ausência de infrações graves.
- **Legislação:** Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão.

Módulo II: Capacidade Económica e Financeira

As entidades adjudicantes europeias utilizam rácios financeiros para mitigar o risco de falência do fornecedor durante o contrato.

1. Demonstrações Financeiras

- Tenha os Relatórios de Gestão e Contas dos últimos 3 anos traduzidos (pelo menos para Inglês).
- **Rácio de Solvabilidade:** Muitas vezes exige-se que o Capital Próprio seja positivo.
- **Volume de Negócios:** É comum exigir-se que o volume de negócios anual da empresa seja ≥ 2 x o valor estimado do contrato.

2. Seguros de Responsabilidade Civil

- Verifique se as suas apólices atuais cobrem danos em território europeu e se os valores de cobertura (capitais seguros) são ajustáveis, pois os concursos internacionais exigem frequentemente coberturas superiores a **500.000€** ou **1.000.000€**.

Módulo III: Capacidade Técnica e Profissional

É aqui que a maioria das empresas falha por falta de organização documental.

- **Portefólio de Referências:** Crie uma tabela com os principais contratos executados nos últimos 3 anos (setor público ou privado).
- **Certificados de Boa Execução:** Para cada projeto relevante, peça ao seu cliente um documento que ateste: valor, datas, local e se o trabalho foi realizado de forma satisfatória. **Sem este documento assinado pelo cliente, a experiência técnica vale zero.**
- **Habilitações Literárias e Profissionais:** Organize os CVs da equipa técnica em modelo **Europass**, acompanhados de cópias dos diplomas.

Módulo IV: Especialização por Setor

A. Setor do Mobiliário

Neste setor, a burocracia foca-se na sustentabilidade da cadeia de valor e na segurança física.

1. **Cadeia de Custódia (FSC ou PEFC):** Se o mobiliário utiliza derivados de madeira, a empresa deve possuir certificação de cadeia de custódia. Não basta comprar madeira certificada; a própria fábrica deve ser certificada para garantir a rastreabilidade.
2. **Normas EN (Normalização Europeia):** Os produtos devem cumprir normas de resistência e segurança, como a **EN 16139** (assentos) ou **EN 527** (secretárias). Deve ter os relatórios de ensaio emitidos por laboratórios acreditados (ex: CATAS, LNEC, CFPIMM).
3. **Eco-Label Europeu:** Embora opcional, ter o rótulo ecológico da UE facilita a dispensa de outras provas ambientais burocráticas.
4. **Emissões de Formaldeído:** Declaração de conformidade com a classe **E1** (Norma EN 717-1).

B. Setor do Vestuário Profissional

A burocracia aqui foca-se na proteção do trabalhador e na química dos materiais.

1. **Regulamento (UE) 2016/425:** Se o vestuário for de proteção (EPI), a empresa deve ter o **Exame UE de Tipo** e a Declaração de Conformidade CE.
2. **Certificação Oeko-Tex Standard 100:** Prova que o vestuário não contém substâncias nocivas. É um requisito administrativo quase padrão em concursos de saúde e educação.
3. **Responsabilidade Social (SA 8000 ou BSCI):** Muitos concursos europeus exigem provas de que a confeção cumpre normas éticas de trabalho. Documentar auditorias sociais é crucial.
4. **Fichas Técnicas Parametrizadas:** Documentos que comprovem a resistência à lavagem industrial (Norma **ISO 15797**) e solidez da cor.

Módulo V: Entraves Legais e Administrativos (Os "Bloqueios")

- As PMEs representam uma parte significativa das propostas e contratos dentro da UE.
- Procedimentos divididos por lotes facilitam o acesso das pequenas empresas, embora a adoção destas práticas ainda seja desigual por país .

Entrave	Descrição	Como Mitigar
Língua	Documentos em Português raramente são aceites.	Criar um orçamento para traduções certificadas e apostiladas.
Apostila de Haia	Necessidade de legalizar documentos públicos para uso no estrangeiro.	Solicitar a apostila na Procuradoria-Geral da República (PGR).
Assinatura Digital	O certificado digital deve ser reconhecido noutros países da UE.	Garantir que a assinatura é Qualificada (eIDAS compliant).
Garantias Bancárias	Exigência de caucões de boa execução.	Negociar com o banco linhas de garantia para concursos internacionais.

Legislação e Recursos de Apoio

Legislação de Referência

- **Diretiva 2014/24/UE:** Relativa aos contratos públicos. Define todas as regras que os países membros devem seguir.
- **Diretiva 2014/25/UE:** Relativa aos setores especiais (água, energia, transportes).
- **Decreto-Lei n.º 111-B/2017:** Código dos Contratos Públicos (Portugal) – essencial para compreender a base jurídica nacional que espelha a europeia.

Links Úteis para a Empresa

- [e-Certis](#): Para saber que documentos o país X exige e qual o equivalente em Portugal.
- [Portal do Governo \(Assinatura Digital\)](#): Informação sobre a validade da assinatura do Cartão de Cidadão na UE.
- [IPQ \(Instituto Português da Qualidade\)](#): Para consulta e compra de normas técnicas (EN e ISO).